



montanhas
de investigação
Laboratório Colaborativo

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Designação da Operação
AJUSTE DIRETO_AD.MORE.03.2025

Aquisição de serviços de engenharia no âmbito do projeto “Circular Systemic Water-Energy-Food-Ecosystems (WEFE) Nexus CCRI Demonstrator for Regions facing Severe Water Stress – CisWEFE-NEX”.

fevereiro de 2025

Para o efeito, convida-se V. Exa. a apresentar proposta no âmbito do procedimento adotado para a celebração do contrato de aquisição dos serviços descritos no Caderno de Encargos nos termos e condições a seguir expostos:

1. Objeto do Procedimento

O objeto do presente procedimento consiste na aquisição de serviços de engenharia necessários à boa execução do projeto Circular Systemic Water-Energy-Food-Ecosystems (WEFE) Nexus CCRI Demonstrator for Regions facing Severe Water Stress – CisWEFE-NEX”.

A aquisição objeto deste procedimento realizar-se-á de acordo com as condições estipuladas no presente convite, caderno de encargos e respetivos anexos.

2. Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a MORE – Laboratório Colaborativo Montanhas de Investigação, Associação, NIPC 514 840 960, com sede no Edifício Brigantia EcoPark, Av. Cidade de León, 506, 5300-358 Bragança.

3. Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar é do Sr. Diretor Executivo da MORE, no exercício das suas competências, conferidas pela Direção da associação, por via de procuração datada de 05 de abril de 2023 e, em cumprimento do art.º 36.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, doravante designado por CCP.

4. Fundamentação da escolha do procedimento

O procedimento para a formação deste contrato de aquisição de serviços é por ajuste direto nos termos dos artigos 20.º n.º 1 al. d) e 112.º e seguintes do CCP.

5. Preço base

O preço base do presente procedimento é de 12.000,00 euros (doze mil euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, correspondendo ao preço máximo que a entidade adjudicante está disposta a pagar pela prestação de todos os serviços que compõem o seu objeto.

6. Esclarecimentos e Erros e Omissões:

6.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como eventuais erros e omissões das peças do procedimento, devem ser solicitados no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, nos termos do art.º 50.º n.º 1 do CCP.

6.2. No mesmo prazo (o estabelecido no número anterior), o interessado deve apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.

6.3. O órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelo interessado, até ao termo do segundo terço do prazo para apresentação da proposta, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites (art.º 50.º n.º 5 do CCP).

6.4. Os esclarecimentos deverão ser solicitados pelo interessado por escrito via plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, no endereço (<https://www.acingov.pt>), disponibilizada pela empresa ACIN - Icloud Solutions, Lda., dentro do prazo estipulado em 6.1.

6.5. Os esclarecimentos e retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

7. Júri do procedimento

Atenta à natureza do procedimento, não é constituído júri nos termos do art.º 67.º n.º 1 do CCP.

8. Modo e prazo de apresentação da proposta

8.1. A proposta deverá ser dirigida ao Diretor Executivo da MORE e entregue na Plataforma Eletrónica disponibilizada pela empresa ACIN - Icloud Solutions, Lda., (<https://www.acingov.pt>), impreterivelmente até às 23:59 horas do 6º (sexto) dia, contado a partir do dia seguinte à disponibilização do procedimento na plataforma, sob pena de exclusão.

8.2. A proposta deverá ser apresentada já acompanhada dos documentos que a integram, sob pena de exclusão, exclusivamente de forma eletrónica, através plataforma de contratação pública acessível no sítio eletrónico www.acingov.pt, disponibilizada pela empresa ACIN Icloud Solutions, Lda.

8.3. O prazo é contínuo nos termos do art.º 470.º n.º 3 do CCP, não se suspendendo sábados, domingos e feriados.

8.4. O interessado será o único responsável por eventuais atrasos que porventura ocorram, não podendo apresentar qualquer reclamação, caso a proposta seja entregue já depois de esgotado o prazo definido em 8.1.

9. Documentos que constituem a proposta

9.1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborado em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente convite;
- b. Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe contratar (*vide modelo do Anexo III deste convite, do qual faz parte integrante*);
- c. Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) supra.

9.2. Os documentos devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar

10. Elementos formais que a proposta deve observar

10.1. A proposta, bem como os documentos que a integram, devem, obrigatoriamente, ser redigidos em língua portuguesa (art.º 58.º n.º 1 do CCP).

10.2. Os documentos que contenham especificações técnicas, catálogos ou outros documentos que acompanhem a proposta, podem ser redigidos em língua portuguesa, espanhola ou inglesa.

11. Propostas variantes

Não é admitida em caso algum a apresentação de propostas variantes.

12. Prazo da obrigação de manutenção da proposta

O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta.

13. Objeto de negociação

A proposta apresentada não será objeto de negociação.

14. Critério de adjudicação

A adjudicação será feita se a proposta apresentada cumprir todos os formalismos impostos pela legislação aplicável, bem como o definido no presente convite, caderno de encargos e anexos que constituem o procedimento objeto deste convite.

15. Critérios de não adjudicação

Será excluída a proposta se:

- a.** Apresentada depois do termo fixado para a sua apresentação;
- b.** Não apresentar os documentos exigidos no ponto 9. do presente convite;
- c.** O preço contratual for superior ao preço base.

16. Caução

Não é exigível caução, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º CCP.

17. Documentos de habilitação

17.1. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após o ofício da notificação da adjudicação, o adjudicatário deverá apresentar:

- a.** Declaração elaborada de acordo com o modelo constante do Anexo II do CCP (junto com o presente convite), do qual faz parte integrante;
- b.** Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, na sua atual redação e que são:
 - i.** Declaração de não dívida à Segurança Social ou código de acesso;
 - ii.** Declaração de não dívida às Finanças ou código de acesso;
 - iii.** Registo criminal da entidade adjudicatária;
 - iv.** Registo criminal do(s) administrador(s) da entidade adjudicatária.

17.2. O documento referido na alínea a) deve ser assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o vincular.

17.3. A entidade adjudicatária deverá ainda anexar, certidão permanente do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente (p. ex. no caso de ser uma associação os respetivos estatutos).

17.4. A entidade adjudicatária deverá ainda anexar comprovativo do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE).

17.5. Caso se verifique alguma irregularidade nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do art.º 86.º do CCP, será concedido um prazo de 5 (cinco) dias para suprir essa(s) irregularidade(s).

18. Contrato escrito

O contrato será reduzido a escrito nos termos do art.º 94.º do CCP.

19. Publicitação e eficácia do contrato

A publicitação da celebração do contrato no portal dos contratos públicos é, nos termos do art.º 127.º n.º 1 e 3 do CCP, condição de eficácia do respetivo contrato, independentemente da sua redução ou não a escrito, nomeadamente, para efeitos de pagamento.

20. Legislação aplicável

Em tudo o omissa e/ou que não esteja especificamente previsto no presente convite, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, bem como demais legislação e regulamentação aplicáveis.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor Executivo da MORE



✉ **geral@morecolab.pt**

☎ **+351 300 081 998**
(chamada para rede fixa nacional)

🔗 **www.morecolab.pt**

